



ESTRATÉGIA CARREIRA JURÍDICA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 2º Simulado para o 188º Concurso de Provas e Títulos
 para Ingresso na Magistratura

001. PROVA OBEJTIVA SELETIVA



JUIZ SUBSTITUTO

- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, que possui 100 questões objetivas, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolher.
- Durante a realização da prova não são permitidos a comunicação entre os candidatos, o porte de arma e utilizar-se de telefone celular para qualquer fim, pager, pontos eletrônicos ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, palms, tablets ou similares.
- Não é permitida a consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 2 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil

1. A respeito da ausência, assinale a alternativa incorreta.

- a) em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.
- b) antes da partilha, o juiz, quando julgar conveniente, ordenará a conversão dos bens móveis, sujeitos a deterioração ou a extravio, em imóveis ou em títulos garantidos pela União.
- c) os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, julgando-o conveniente.
- d) se durante a posse provisória se provar a época exata do falecimento do ausente, considerar-se-á, nessa data, aberta a sucessão em favor dos herdeiros, que o eram àquele tempo.

2. O juiz, ao receber uma inicial de exclusão de herança, verifica que o signatário é membro do Ministério Público. Detém legitimidade ativa para tanto o Parquet no caso de um:

- a) legatário que tenta matar o avô de cuja pessoa a sucessão se tratar.
- b) legatário que obste o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.
- c) herdeiro que acuse caluniosamente em juízo o autor da herança.
- d) herdeiro que incorra em crime contra a honra do companheiro do autor da herança.

3. As disposições que excederem a parte disponível devem ser reduzidas aos limites dela, de conformidade com a seguinte regra:

- a) dá-se preferência, havendo heranças e legados, a estes, mantendo-se os quinhões hereditários.
- b) caso o testador tenha previsto possíveis excessos, valem as reduções por ele previstas, independentemente dos herdeiros ou legatários atingidos.
- c) se o imóvel legado por indivisível, o legatário o perderá em favor dos herdeiros, cabendo-lhe pedir a estes o valor que couber na parte disponível.
- d) sobrevindo um filho vivo desconhecido do testador, os legatários e herdeiros devem reduzir seus respectivos quinhões e coisas certas, até o montante que baste para que a legítima do herdeiro seja estabelecida.

4. Paulo, vendo uma criança sufocar dentro de um veículo, por necessidade e para evitar o perigo que se avizinha, decide salvar a criança lesando os vidros do carro. Por inexperiência, acaba errando a mira e risca a porta do veículo. Salva a criança, ao final, premido pela necessidade de evitar lesão maior, a despeito dos danos ao carro. Nesse caso, visualiza-se o/a:

- a) estado de necessidade.
- b) estado de perigo.

c) lesão.

d) erro.

5. No caso de obrigação de dar coisa certa,

a) não estão abrangidos os acessórios não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

b) se a obrigação for de restituir, e a coisa, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, a obrigação se resolve.

c) deteriorada a coisa, sendo culpado o devedor, pode o credor exigir o equivalente, mais perdas e danos, ou aceitar a coisa no estado em que se encontra.

d) se a coisa a restituir se perder sem culpa do devedor, o credor a recebe no estado em que se encontra, podendo requerer as perdas e danos cabíveis.

6. Sobre a compensação, assinale a opção correta.

a) a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis.

b) o prazo de favor, se consagrado pelo uso e não obstado pelo credor, obsta a compensação.

c) não pode haver renúncia prévia à compensação em contrato.

d) não pode terceiro compensar dívida alheia, exceto o fiador com o credor do afiançado.

7. No que tange aos direitos de vizinhança, especificamente quanto às águas, assinale a opção correta.

a) o dono do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm natural ou artificialmente do superior, não podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo.

b) mediante prévia indenização ao proprietário prejudicado, pode o proprietário de prédio construir canais, através de prédios alheios, para receber as águas indispensáveis a que tenha direito.

c) O proprietário de nascente pode construir obras para represamento de água em seu prédio para impedir o curso natural das águas.

d) havendo no aqueduto águas supérfluas, outros poderão canalizá-las, para as necessidades indispensáveis, sendo o pagamento de indenização devida ao dono do aqueduto o equivalente às despesas que seriam necessárias para a condução das águas a partir do ponto de derivação.

8. Segundo a doutrina majoritária, não é característica da obrigação alimentar:

a) reciprocidade.

b) indivisibilidade.

c) subsidiariedade.

d) complementaridade.

9. A locação gratuita de bem imóvel residencial urbano é:

- a) inexistente, configurando um comodato.
- b) nula, dada a impossibilidade jurídica do objeto.
- c) anulável, por violação à norma jurídica.
- d) ineficaz, mas válida, não sendo possível ao locador cobrar pelo uso.

10. O aperfeiçoamento do contrato, dada a previsão do Código Civil de 2002, como regra, adotou a Teoria da:

- a) Expedição.
- b) Declaração.
- c) Recepção.
- d) Cognição.

Direito Processual Civil

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

11. Assinale a alternativa correta:

- a) A garantia do contraditório participativo impede que se profira decisão ou se conceda tutela antecipada contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (decisão surpresa).
- b) O princípio da cooperação atinge somente as partes do processo que devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- c) Tramitam em segredo de justiça todos os processos que versem sobre arbitragem.
- d) a arbitragem pode ser com base no direito ou na equidade; mas a administração pública só pode se submeter à arbitragem de direito, nunca por equidade.

12. Marque a alternativa correta:

- a) citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.
- b) No caso de continência, as demandas devem ser reunidas para julgamento conjunto, salvo se a ação continente preceder a propositura da ação contida, caso em que essa última terá seu processo extinto sem resolução do mérito.
- c) Investidura e competência são, respectivamente, requisito de validade e pressuposto de existência do processo.
- d) A competência determinada por critério territorial é sempre relativa.

13. Marque a assertiva correta:

- a) É indispensável a participação do cônjuge/companheiro do autor ou do réu nas ações possessórias, quando o ato for praticado por um deles.

b) São devidos honorários advocatícios na apelação de sentença denegatória de mandado de segurança.

c) Revela-se ilegal e arbitrária a medida coercitiva de suspensão do passaporte proferida no bojo de execução por título extrajudicial (duplicata de prestação de serviço), por restringir direito fundamental de ir e vir de forma desproporcional e não razoável.

d) Há litisconsórcio necessário ativo, entre os cônjuges, na ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo se casados sob regime de separação absoluta de bens.

14. Em relação à intervenção de terceiros e tutela provisória, assinale a assertiva correta:

a) instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial, ocorrerá a suspensão do processo, independentemente do requerimento do interessado.

b) O amicus curiae passou a ser modalidade de intervenção de terceiro no processo, com poder de interpor recurso de decisão de sua inadmissão e daquela que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

c) A probabilidade do direito constitui requisito para concessão da tutela da evidência fundada em abuso do direito de defesa ou em manifesto propósito protelatório da parte contrária.

d) É inadmissível a tutela provisória da evidência, prevista no art. 311, II, do CPC, também em casos de tese firmada em repercussão geral ou em súmulas dos tribunais superiores.

15. Sobre o Procedimento Comum, é correto dizer:

a) Em caso de pedido de ambos os réus para que não seja realizada a audiência de conciliação e mediação, feito por advogados distintos, o prazo para apresentar defesa se inicia quando do protocolo do último pedido para retirada de pauta de tal sessão.

b) As alegações de incompetência relativa e absoluta, impugnação à justiça gratuita, impugnação ao valor da causa e, por fim, a reconvenção podem ser apresentadas na contestação.

c) É lícita a cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu em um único processo, desde que entre eles haja conexão.

d) o autor, depois da citação, poderá aditar ou alterar o pedido ou causa de pedir, hipótese em que, desde que assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação no prazo mínimo de quinze (15) dias, não será exigido consentimento do demandado.

16. Ainda sobre o Procedimento Comum, é correto dizer:

a) A petição inicial será inepta e, como tal, deverá ser indeferida se o juiz verificar desde logo a ocorrência de prescrição ou decadência.

b) Será possível a gravação da audiência em imagem e em áudio pelas partes, em meio digital ou analógico, somente se houver autorização judicial.

c) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, nem tampouco, se demandado, alegar em defesa o seu direito.

d) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, preferencialmente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.

17. Assinale a assertiva incorreta:

a) Na impugnação ao cumprimento de sentença, o prazo para a apresentação não será contado em dobro, mesmo que, sendo físicos os autos, haja litisconsortes com procuradores diferentes, de escritórios de advocacia distintos.

b) No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

c) Na ação de revisão do aluguel, o juiz poderá homologar acordo de desocupação, que será executado mediante expedição de mandado de despejo.

d) O aluguel fixado na sentença retroage à citação, e as diferenças devidas durante a ação de revisão, descontados os alugueres provisórios satisfeitos, serão pagas corrigidas, exigíveis a partir do trânsito em julgado da decisão que fixar o novo aluguel.

18. Com base no Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

a) O pedido de suspensão ao recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso.

b) É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos.

c) Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial.

d) O juiz pode resolver parcialmente o mérito, em relação à matéria não afetada para julgamento, nos processos suspensos em razão de recursos repetitivos, repercussão geral, incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência.

19. Acerca da impugnação às decisões judiciais, a assertiva verdadeira:

a) Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.

b) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social e repetição em múltiplos processos.

c) Segundo o texto de lei, é possível a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

d) A apelação contra sentença que condena a pagar alimentos é dotada de efeito devolutivo e suspensivo.

20. Sobre a Tutela Coletiva, assinale a alternativa incorreta.

a) Se o Ministério Público requerer perícia em ação coletiva, a Fazenda Pública, ficará sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

b) a isenção do artigo 18 da Lei nº 7.347/85, em relação a “custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas” não beneficia o réu que, em caso de sucumbência, deve ser condenado a pagamento das custas, despesas e honorários periciais. Porém, se a parte autora for o MP, pelo princípio da simetria, não deverá pagar honorários advocatícios à referida instituição.

c) A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

d) . A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação por ação popular, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

Direito do Consumidor

21. Com base nas disposições da Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta.

I - Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade toda vez que sua manutenção for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

II - O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

III - Ainda que em benefício do consumidor é vedada, expressamente, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade pelo juiz após ter sido decretada a sua falência, diante da necessidade de formação do concurso universal junto ao Juízo Falimentar para tratamento isonômico de todos os credores da sociedade de acordo com a preferência de seus créditos.

IV - A Política Nacional das Relações de Consumo tem por princípio, dentre outros, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo e a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor, inclusive, pela presença do Estado no mercado de consumo.

V - A defesa coletiva dos consumidores será exercida quando se tratar de: interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza divisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe

de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; e interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os que decorrentes de origem comum.

- a) Apenas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas II e IV estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas I e IV estão corretas.

22. Em relação à segurança e à periculosidade de produtos e serviços, é correto afirmar que:

- a) Um produto será considerado perigoso mesmo se estiver em conformidade com a regulamentação em vigor.
- b) Periculosidade adquirida é aquela que não deriva de defeito e que tem como característica principal a previsibilidade.
- c) A informação adequada serve para diminuir os riscos dos produtos considerados de alta periculosidade, passando, assim, a ser permitida sua colocação no mercado.
- d) Os requisitos de normalidade e previsibilidade não devem estar presentes para o reconhecimento da periculosidade inerente ou latente de produtos ou serviços.

23. Após ter lesionado a perna em partida de futebol com amigos, Marcos contratou o fisioterapeuta João para cuidar de sua reabilitação.

Porém, nem tudo ocorreu como esperado: o tratamento foi malsucedido, e Marcos, por considerar que ficou inabilitado para o trabalho por longo período de tempo em razão da ineficiência e da má qualidade do serviço do fisioterapeuta, pretende ajuizar demanda contra João, requerendo lucros cessantes.

Nessa situação, Marcos deve ajuizar ação de responsabilidade:

- a) pelo vício do serviço, e a responsabilidade de João é subjetiva.
- b) pelo fato do serviço, e a responsabilidade de João é subjetiva.
- c) pelo vício do serviço, e a responsabilidade de João é objetiva.
- d) pelo fato do serviço, e a responsabilidade de João é objetiva.

24. João recebeu uma revista do Supermercado “X” com a exposição de vários produtos e seus respectivos preços, contendo esta um aviso grande em sua capa: “COBRIMOS QUALQUER PREÇO”. Animado com a possibilidade de comprar um computador por um preço mais razoável, o rapaz dirigiu-se para o Supermercado “X”, colocou o notebook que queria no carrinho e seguiu para o caixa.

No momento de pagar, contestou o preço do Supermercado “X”, mostrando o valor de uma loja de informática, que era menor, requereu a diminuição do preço. Porém, a caixa, orientada pelo gerente do Supermercado, não procedeu à redução do preço mesmo com o requerimento de João sobre a

publicidade da revista, justificando que só poderiam ser aceitos preços de concorrentes do ramo de supermercados.

Inconformado com a situação, mas querendo comprar prontamente o notebook, João decide pagar o valor exposto no Supermercado "X" e reivindicar seus direitos posteriormente.

Com base no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) João tem direito a receber o valor pago no notebook em dobro.
- b) Houve publicidade abusiva por parte do Supermercado "X", visto que o consumidor foi surpreendido no momento do pagamento.
- c) Houve publicidade enganosa por parte do Supermercado "X", visto que o produto apresentava risco à saúde do consumidor.
- d) Se a publicidade fosse assim escrita "COBRIMOS QUALQUER OFERTA DE CONCORRENTES DA REDE DE SUPERMERCADOS", evitar-se-ia o engano por parte do consumidor.

25. De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, é relação jurídica de consumo a relação

- a) Jurídica entre entidade aberta de previdência complementar e seus participantes.
- b) Jurídica entre locador e locatário, nos contratos regidos pela lei que dispõe sobre locações de imóveis urbanos.
- c) jurídica estabelecida entre condomínio edilício e condôminos.
- d) Jurídica no caso de planos de saúde administrados por contrato de autogestão.

Direito da Criança e do Adolescente

26. Em relação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, conforme prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade, à exceção daquelas incluídas em regime disciplinar diferenciado.
- b) A revogação da guarda exige o esgotamento do duplo grau de jurisdição, a elaboração de parecer pelo Conselho Tutelar e a oitiva do Ministério Público.
- c) No caso de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes, os dirigentes de estabelecimentos de ensino comunicarão à autoridade judicial competente.
- d) A criança ou o adolescente colocado em família substituta pode ser transferido a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, desde que mediante autorização judicial.

27. Felipe, 24 anos, na companhia do irmão Henrique, 15 anos, procura o Juízo da Infância e Juventude buscando orientação sobre a aprendizagem. Ocorre que Henrique precisa, com urgência, assinar um contrato de trabalho e abrir uma conta bancária, mas os pais dos irmãos estão viajando, com retorno previsto para cinco dias após a data limite para a assinatura do termo.

Segundo o princípio da proporcionalidade e atualidade previsto no ECA, Henrique poderá assinar o contrato e abrir a conta bancária:

- a) sozinho, pois menor púbere.
- b) com o direito de representação pelo irmão Felipe.
- c) com a tutela, pelo irmão Felipe.
- d) com a ratificação posterior dos pais.

28. Assinale a alternativa correta no que se refere aos dispositivos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente em relação ao Título destinado à prática de atos infracionais.

- a) Após o comparecimento de qualquer dos pais ou responsável para a oitiva informal, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação à Justiça, sempre no mesmo dia.
- b) O adolescente acusado de autoria de ato infracional deverá ser transportado em compartimento fechado de veículo policial, com vistas evitar seja identificado, desde que sem qualquer risco à sua integridade física ou mental.
- c) O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias.
- d) A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, poderá ser cumprida, excepcionalmente, em estabelecimento prisional.

29. Joaquina, 17 anos, viaja de ônibus de São Paulo para Praia do Forte, na companhia do namorado Miguel, de 19 anos, para passar o Ano Novo, período para o qual possuem reserva em hotel.

De acordo com as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação dos namorados na Praia do Forte, quanto à viagem e/ou hospedagem, está:

- a) regular, pois dispensável a autorização dos pais da adolescente para a viagem e a hospedagem;
- b) irregular, pois indispensável a autorização dos pais da adolescente para a viagem e a hospedagem;
- c) regular, pois a adolescente está na companhia do namorado, que é maior;
- d) irregular, pois a adolescente precisa da autorização dos pais para a hospedagem, embora a viagem de ônibus seja regular.

30. Em relação ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Ministério Público, à Defensoria e ao Advogado, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Ministério Público instaurar sindicâncias, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
- b) Compete à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente em estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

c) Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional será processado sem defensor, exceto se ausente ou foragido.

d) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para aplicar penalidades, exceto administrativas, nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

Direito Penal

31. Assinale a alternativa correta sobre o tempo do crime:

a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

c) Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

d) A lei penal mais grave aplica-se ao crime permanente se sua vigência for anterior à cessação da permanência, mas não ao crime continuado, por se tratar de ficção jurídica, que, de fato, constituiu-se de vários crimes tratados como um só.

32. No tocante à teoria do crime, marque a alternativa incorreta:

a) O dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

b) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

c) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

d) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado, se escusável, isenta de pena.

33. Assinale a alternativa incorreta sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

a) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

b) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos obsta ao prosseguimento da ação penal, desde que ocorra antes do trânsito em julgado.

c) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

d) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

34. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
- b) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, em consideração à ausência de justa causa para ação penal.
- c) A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- d) A reincidência implica no aumento do prazo da prescrição da pretensão punitiva.

35. Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a Administração Pública:

- a) No peculato culposo, a reparação do ano, antes do recebimento da denúncia, implica na diminuição de pena de um terço e dois terços.
- b) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- c) O crime previsto no artigo 313-A do CP, de inserção de dados falsos em sistema de informação, pode ser praticado por qualquer funcionário público, desde que se valha das suas funções para facilitar sua conduta.
- d) Na corrupção passiva, se o funcionário retarda ou deixa de praticar ato de ofício, em consequência da vantagem ou promessa, o crime é qualificado.

36. Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra o patrimônio:

- a) no caso de roubo, se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum, incide a majorante, com aumento da pena de dois terços.
- b) o roubo cometido com emprego de arma branca é majorado.
- c) incide causa de aumento de pena se, na execução do crime de furto, houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- d) o crime de roubo é qualificado se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.

37. Quanto aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a resposta incorreta:

- a) O crime de estupro de vulnerável configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- b) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro configura o crime de estupro.
- c) o estupro corretivo, que se configura quando tem por finalidade controlar o comportamento social ou sexual da vítima, enseja o aumento da pena de um terço a dois terços.

d) a pena do estupro é aumentada de metade se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.

Direito Processual Penal

38. Assinale a alternativa correta:

- a) As medidas cautelares não se aplicam a infrações que não tenham cominada pena privativa de liberdade.
- b) O acusado que estiver em liberdade provisória mediante fiança, terá de voltar à prisão e perderá a totalidade do valor da fiança se intimado para qualquer ato do processo deixar de comparecer.
- c) Um flagrante que seja relaxado por se reconhecer a sua ilegalidade impede que o sujeito passivo seja futuramente processado.
- d) Não se exigirá fiança ao autor de crime de menor potencial ofensivo que for imediatamente encaminhado ao juizado, mas deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante depois de lavrado o termo circunstanciado.

39. Assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível a prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada.
- b) Nas infrações permanentes, entende-se que o sujeito ativo estará em flagrante delito somente no primeiro dia após o início da execução do crime.
- c) A prisão temporária não poderá ser decretada no curso da ação penal.
- d) A prisão temporária, nos crimes hediondos, pode perdurar por 30 dias; todavia, não se admite prorrogação.

40. Assinale a alternativa correta:

- a) No procedimento sumaríssimo, para o oferecimento da denúncia é indispensável o exame do corpo de delito constatando a materialidade do fato.
- b) A reincidência, por si só, impede a concessão de fiança.
- c) Há necessidade de nomeação de defensor quando o réu é citado com hora certa e não comparece no processo.
- d) Se a infração penal não for de menor potencial ofensivo, não poderá ser aplicado o benefício da suspensão condicional do processo.

41. Assinale a alternativa correta:

- a) O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória.
- b) Não é nula a citação por edital de réu preso no mesmo Estado em que o juiz exerce a sua jurisdição.

- c) Ao defensor dativo (nomeado pelo juiz) contam-se em dobro os prazos processuais.
- d) O agente que comete crime hediondo pode ter a liberdade provisória concedida quando preenchidos os requisitos legais.

42. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a jurisprudência majoritária do STJ, a competência do Juizado é afastada em caso de concurso de infrações penais de menor potencial ofensivo, quando a soma das penas máximas ultrapassa dois anos.
- b) De acordo com o procedimento ordinário, a denúncia deve ser recebida somente após a resposta do réu, viabilizando-lhe contraditório.
- c) Quando o réu é citado pessoalmente e não apresenta resposta à acusação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados.
- d) O procedimento sumaríssimo será utilizado quando a ação penal tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade

43. Assinale a alternativa correta:

- a) Como a gestão da prova é incumbência das partes, hoje, de acordo com a lei, não é mais possível ao juiz indeferir diligências e provas requeridas pelas partes.
- b) As infrações penais de menor potencial ofensivo poderão se sujeitar a rito sumário no juízo comum quando o autor do fato estiver em local desconhecido.
- c) A absolvição sumária deve ocorrer antes do recebimento da denúncia.
- d) A rejeição da denúncia por inépcia reflete uma decisão de mérito, que faz coisa julgada material.

44. Sobre o Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de pronúncia, caso o réu não seja primário e de bons antecedentes, a lei impõe que aguarde o julgamento na prisão.
- b) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação
- c) A pronúncia não interrompe a prescrição.
- d) A pronúncia se limitará a expor a materialidade do fato, os indícios de autoria, as qualificadoras, as agravantes, e as causas de aumento e diminuição de pena.

Legislação Penal e Processual Especial

45. Relativamente aos crimes de trânsito, assinale a alternativa correta:

- a) É circunstância que sempre atenua a penalidade dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração sobre a faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.

b) Para os crimes de trânsito, nas situações em que o juiz aplicar a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

c) O delito de lesão corporal culposa cometido na direção de veículo automotor (art. 303 do CTB) será de ação penal pública condicionada à representação se o agente estiver participando de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.

d) Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento no Código de Trânsito Brasileiro configura infração administrativa.

46. Acerca das contravenções penais, assinale a alternativa correta.

a) a contravenção penal de vias de fato admite a figura tentada.

b) Se uma mulher é agredida por seu marido, sem que tenha ocorrido lesão corporal, caracterizando vias de fato. Nessa hipótese, é correto dizer que a ação penal será pública condicionada à representação da ofendida.

c) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro configura contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor.

d) As penas principais da contravenção penal são multa e prisão simples. O trabalho será facultativo, se a pena aplicada não exceder a quinze dias.

47. Acerca da Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta:

a) A mulher pode ser sujeito ativo de crime praticado no contexto de violência doméstica e familiar.

b) A retratação da representação da mulher vítima de violência doméstica poderá ser feita pela vítima, por meio de mera petição assinada por ela ou por seu advogado, desde que tenha poderes específicos.

c) Enquanto não estruturados os Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, as varas cíveis acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

d) O descumprimento de decisão do juízo criminal que defere medidas protetivas de urgência configura crime de desobediência (art. 330 do CP).

48. Com relação aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta:

a) Compete ao Tribunal de Justiça julgamento de habeas corpus impetrado contra decisão singular de juiz do juizado especial criminal;

b) Da decisão que rejeita a denúncia é cabível o recurso em sentido estrito.

c) Não constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia se existir a nomeação de defensor dativo para tanto.

d) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

49. Acerca da prisão temporária, assinale a alternativa incorreta.

- a) Se existir representação formulada pela autoridade policial para a decretação da prisão temporária, antes de decidir, o magistrado deve ouvir o representante do Ministério Público.
- b) De forma diversa da prisão preventiva, a prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo magistrado.
- c) É cabível prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria e participação do indiciado no crime previsto no art. 267, caput, do Código Penal.
- d) Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

50. Acerca da organização criminosa, assinale a alternativa correta.

- a) Os meios extraordinários de obtenção de prova descritos na Lei 12830/15 aplicam-se somente aos crimes perpetrados por organizações criminosas.
- b) É direito do agente colaborador ser ouvido em audiência sem contato visual com os demais acusados.
- c) Não é possível a concessão de prêmios legais ao agente colaborador após a edição da sentença penal condenatória.
- d) O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, salvo se o agente for detentor de prerrogativa de foro.

Direito Constitucional

51. A distinção entre poder constituinte e poder constituído, sendo aquele exercido pela nação, por meio de representantes para tanto investidos, é devida a

- a) Jean-Jacques Rousseau, na obra “Do contrato social”.
- b) Emmanuel-Joseph Sieyès, na obra “O que é o Terceiro Estado?”.
- c) Alexis de Tocqueville, na obra “A democracia na América”.
- d) Alexis de Tocqueville, na obra “O Antigo Regime e a revolução”.

52. Normas constitucionais de eficácia limitada

- a) não servem como parâmetro de inconstitucionalidade.
- b) implicam a não-recepção da legislação infraconstitucional anterior com elas incompatível.
- c) orientam, mas não condicionam a produção do legislador infraconstitucional.
- d) são indiferentes à configuração de eventual inconstitucionalidade por omissão.

53. Sobre o tema do controle de constitucionalidade assinale a alternativa correta:

- a) O No caso de declaração incidental de inconstitucionalidade em controle concentrado, o Senado será comunicado da decisão e, em juízo discricionário, poderá suspender a execução da lei viciada, quando então a decisão adquire efeito erga omnes.
- b) Segundo a teoria da transcendência, além do dispositivo, também são vinculantes os motivos determinantes da decisão e as considerações dispensáveis para a resolução da causa
- c) Não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental quando o fundamento da controvérsia constitucional recair sobre lei ou ato normativo municipal.
- d) Em sede de mandado de injunção individual, a superveniência de lei regulamentadora, após ter sido regulamentada a mora, somente afetará a situação do autor se a aplicação da norma editada lhe for mais favorável.

54. Assinale a alternativa correta:

- a) O chamado controle de convencionalidade impõe uma aferição de validade das normas nacionais, tendo por parâmetro não o texto constitucional, mas os tratados internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de proteção aos direitos humanos, ainda que estes não tenham sido regularmente ratificados pelo Estado.
- b) O STF entende inválida a chamada superação legislativa da jurisprudência da Corte, quer ela se faça por meio de Emenda Constitucional ou legislação infraconstitucional, em razão de entender que, com ela, o Parlamento desrespeita a eficácia vinculante das decisões da Corte Suprema.
- c) A despeito da previsão contida no artigo 97 da CF/88 ("somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público") é desnecessária a submissão à regra da reserva de plenário por turma de Tribunal Regional Federal, quando a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário ou em Súmula do Supremo Tribunal Federal.
- d) O STF não reconhece a existência da chamada "inconstitucionalidade progressiva", que doutrinariamente ocorre quando a norma é declarada constitucional, mas caminha progressivamente para a inconstitucionalidade. ©Não cabe reclamação de decisão judicial que contrarie súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.

55. A respeito dos direitos fundamentais e garantias individuais é correto afirmar:

- a) Dispositivo de lei federal que proíbe, no âmbito da programação das emissoras de radiodifusão comunitária, a transmissão de conteúdo tendente a converter pessoas a uma religião ou ideologia não ofende a liberdade de expressão, não configurando censura prévia.
- b) Por ser dever do Estado assegurar os meios para o exercício do direito à informação, é impossível o indeferimento administrativo à pretensão de acesso a documento sigiloso reconhecido como indispensável ao resguardo de interesse público legítimo e à preservação da sociedade e do Estado.
- c) É possível ao Juiz decidir uma causa com base em valores jurídicos abstratos, mesmo sem levar em consideração a consequência prática da decisão, desde que o pedido seja fundamentado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

c) Devido à livre escolha da profissão ou ofício são inconstitucionais as leis que, a despeito da desnecessidade de proteção a interesse público específico, restrinjam o exercício de atividades como, por exemplo, a de músico.

56. Ao efetuarem prisão em flagrante de um dos envolvidos na prática de um crime de homicídio, os agentes policiais apreendem o aparelho celular que ele levava consigo e, neste, têm acesso ao histórico de ligações efetuadas e recebidas, por meio do qual conseguem obter o número de telefone de outros possíveis suspeitos. Com base nesses dados, as autoridades responsáveis pela investigação obtêm autorização judicial para efetuar interceptação de conversas telefônicas dos suspeitos em questão, por tempo determinado. Por meio da interceptação, além de indícios de envolvimento dos suspeitos no crime, obtêm informações de que elementos de prova da materialidade do crime, de cuja existência já se tinha notícia em função do depoimento do preso em flagrante, podem ser colhidos na casa do suspeito de ser seu mandante. Nessa situação, de acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a) o acesso aos registros telefônicos no aparelho celular apreendido deu-se de forma ilícita, o que contamina todas as provas produzidas em sequência e dele derivadas, inclusive as obtidas com interceptação telefônica e eventual busca e apreensão domiciliar, ainda que estas tenham sido autorizadas por ordem judicial.

b) o acesso aos registros telefônicos no aparelho celular apreendido deu-se de forma ilícita, o que, contudo, não contamina as provas produzidas em sequência, obtidas com interceptação telefônica, uma vez que esta foi autorizada por ordem judicial, que deverá ser igualmente requerida para eventual busca e apreensão domiciliar, sob pena de nulidade.

c) tanto o acesso aos registros telefônicos quanto a interceptação de conversas deram-se de maneira lícita, e os elementos colhidos autorizam a realização de busca e apreensão na casa do suspeito de ser o mandante do crime, independentemente de nova autorização judicial.

d) tanto o acesso aos registros telefônicos quanto a interceptação de conversas deram-se de maneira lícita, mas a realização de busca e apreensão na casa do suspeito de ser o mandante do crime depende de nova autorização judicial, sob pena de nulidade das provas obtidas sem observância da garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

57. Há mais de 5 anos ininterruptos e sem oposição, certo casal utiliza como sua, para fins de moradia familiar, uma área urbana de 200 metros quadrados, parte de imóvel maior, de propriedade particular. Pretendendo adquirir o domínio da área que utiliza, o casal promove ação de usucapião, em que comprova não serem quaisquer dos dois proprietários de outro imóvel urbano ou rural e que não lhes foi reconhecido anteriormente o mesmo direito que ora pleiteiam. No entanto, seu pedido é rejeitado, em primeira e segunda instâncias, sob o fundamento de estar a área em questão situada em Município cujo Plano Diretor estabelece em 300 metros quadrados a metragem mínima para lotes urbanos residenciais. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF),

a) o casal não faz jus à usucapião pretendida, por não haver preenchido todos os requisitos constitucionais necessários para adquirir o domínio da área por essa via.

b) embora o casal tenha preenchido os requisitos constitucionais para a aquisição de domínio de área urbana por usucapião, seu reconhecimento não é viável, em função de a metragem da área estar em desconformidade com o mínimo estabelecido em lei do Município, ao qual compete promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

c) em que pese o Município ter competência para promover o adequado ordenamento territorial do solo urbano, a aplicação da lei municipal ao caso é indevida, na medida em que nega eficácia à norma constitucional que assegura o direito à usucapião especial urbana, conforme estabelecido em súmula vinculante do STF, sendo cabível reclamação para garantir sua observância, a qualquer tempo antes do trânsito em julgado.

d) as decisões judiciais de primeira e segunda instâncias foram proferidas em desconformidade com tese fixada em sede de repercussão geral pelo STF, sendo cabível reclamação para garantir sua observância, desde que esgotadas as instâncias ordinárias e que não tenha ocorrido o respectivo trânsito em julgado.

58. Assinale a alternativa que corretamente contempla um exemplo de aplicação do conceito de dimensão objetiva dos direitos fundamentais.

a) Decisão do Supremo Tribunal Federal em que foi firmado o entendimento de que a revista íntima em mulheres em fábrica de lingerie, ou seja, empresa privada, constitui constrangimento ilegal.

b) Habeas Corpus que se fundamenta no argumento de que a liberdade de um indivíduo suspeito da prática de infração penal somente pode sofrer restrições se houver decisão judicial devidamente fundamentada.

c) A previsão da Constituição Federal que afirma que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

d) Propositura de ação, com pedido de tutela de urgência, por indivíduo que pleiteia que o Poder Público forneça medicamentos dos quais necessita e não possui condições de adquirir.

59. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o Conselho Nacional de Justiça.

a) O Conselho Nacional de Justiça poderá exercer o controle abstrato de constitucionalidade, declarando, em tese e como questão principal de eventual procedimento de controle administrativo, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

b) Sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos Tribunais, o Conselho Nacional de Justiça pode avocar processos disciplinares e determinar, dentre outras sanções cabíveis, a perda do cargo de membro do Poder Judiciário.

c) O fato de o Conselho Nacional de Justiça ser composto por algumas pessoas estranhas ao Poder Judiciário fere a independência desse poder, tanto que o Supremo Tribunal Federal já declarou inconstitucionais os dispositivos que versam sobre a composição do Conselho.

d) O Conselho Nacional de Justiça não tem nenhuma competência sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito.

60. Em voto proferido quando da concessão de medida cautelar em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Ministro Relator, apoiando-se em técnica empregada por Corte Constitucional estrangeira, entendeu que estava comprovada, no caso, situação de violação generalizada de direitos fundamentais e incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a situação, sendo que a superação das transgressões exigia a atuação não apenas de um órgão, e sim de uma pluralidade de autoridades. Mais adiante, afirmou o Relator que, em situações tais, ao Tribunal cabe retirar as autoridades públicas do estado de letargia, provocar a formulação de novas políticas públicas, aumentar a deliberação política e social sobre a matéria e monitorar o sucesso da implementação das providências escolhidas, assegurando, assim, a efetividade prática das soluções propostas. Cuida-se, no caso, de técnica de

- a) interpretação conforme a Constituição.
- b) declaração de estado de coisas inconstitucional.
- c) decisão manipulativa de efeitos aditivos.
- d) decisão manipulativa de efeitos substitutivos.

Direito Eleitoral

61. Quanto à competência do Tribunal Regional Eleitoral, dos Juízes Eleitorais e das Juntas Eleitorais, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao TSE a cassação de registro de partido político, compete ao TRE a cassação no caso de diretório estadual do partido e, ao Juiz Eleitoral, a cassação em caso de diretório municipal do partido político.
- b) compete ao Juiz Eleitoral expedir títulos eleitorais, conceder transferência de eleitor e apurar as eleições no âmbito municipal.
- c) Compete ao Juiz Eleitoral ordenar o registro e cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais e comunicá-los ao Tribunal Regional.
- d) Compete às Juntas Eleitorais fazer as diligências que julgar necessárias a ordem e presteza do serviço eleitoral.

62. Considerando as regras do TSE para a administração e a manutenção do cadastro eleitoral e assuntos correlatos, assinale a opção correta.

- a) A regularização da situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos não ocorre simultaneamente à cessação do impedimento.
- b) As relações de eleitores constantes do cadastro eleitoral, com dados como filiação e estado civil, serão acessíveis às instituições públicas e privadas, ressalvada a privacidade quanto ao endereço e telefone.
- c) A outorga a brasileiro do gozo de direitos políticos em Portugal importará a perda desses mesmos direitos no Brasil.

d) Comunicada a perda de direitos políticos pelo Ministério da Justiça, a corregedoria-regional atualizará a situação das inscrições na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

63. Tendo em vista as previsões e entendimentos jurisprudenciais referentes ao sistema eleitoral e ao registro de candidatos, assinale a alternativa correta.

a) a Carteira Nacional de Habilitação não gera presunção da escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura.

b) é obrigatória a formação de litisconsorte passivo necessário entre o candidato cujo registro foi impugnado e o partido a que pertence.

c) As causas de inelegibilidade são aferidas no momento do pedido de registro da candidatura, sendo vedada a alteração da decisão por alterações fáticas ou jurídicas supervenientes.

d) O quociente eleitoral é instrumento do sistema proporcional, sendo determinado dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

64. Com base nas previsões relativas à propaganda eleitoral na Lei nº 9.504/97, assinale a alternativa correta.

a) A exaltação das realizações pessoais de determinada pessoa que já foi candidata a mandato eletivo, é circunstância que não configura, em situação qualquer, a prática de propaganda eleitoral, nem desvirtuamento do instituto.

b) A propaganda eleitoral na internet é permitida quando se tratar, por exemplo, de menções por pessoas naturais desde que sem a contratação de impulsionamentos.

c) A participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, ainda que sem pedido explícito de voto, caracteriza propaganda eleitoral antecipada vedada.

d) é proibida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

65. Ana Júlia, prefeita candidata à reeleição no Município de Marília, foi denunciada por ter difamado e injuriado Francisca, candidata opositora, durante a propaganda eleitoral gratuita veiculada na mídia, tendo-lhe imputado fato ofensivo à sua reputação de servidora pública, ao mencionar que Francisca, embora assinalasse horário normal no controle de jornada, não ficava na repartição para trabalhar.

Tendo em vista o caso narrado, assinale a opção correta tendo em vista as normas eleitorais.

a) O juiz pode deixar de aplicar pena caso Francisca, de forma reprovável, tenha provocado diretamente os crimes, assim como no caso de retorsão imediata que consista em outros crimes da mesma espécie.

- b) Se o promotor de justiça eleitoral promover o arquivamento, o juiz poderá encaminhar os autos ao procurador regional eleitoral, que deverá designar outro promotor para oferecer a denúncia.
- c) Se a denúncia for recebida por juiz eleitoral, Ana Júlia poderá invocar, em seu favor, como matéria de defesa, a incompetência do juízo, tese que tem sido acolhida pela justiça eleitoral, ao fundamento de que crime cometido por prefeito deve ser julgado pelo tribunal de justiça.
- d) Verificadas as infrações penais, o MP tem prazo de dez dias para oferecer denúncia, independentemente de representação, uma vez que os crimes eleitorais são de ação pública.

Direito Administrativo

66. A Administração Pública, em sentido

- a) objetivo, material ou funcional, designa os entes que exercem a atividade administrativa.
- b) amplo, objetivamente considerada, compreende a função política e a função administrativa.
- c) estrito, subjetivamente considerada, compreende tanto os órgãos governamentais, supremos, constitucionais, como também os órgãos administrativos, subordinados e dependentes, aos quais incumbe executar os planos governamentais.
- d) estrito, objetivamente considerada, compreende a função política e a função administrativa.

67. São fontes do Direito Administrativo:

- I. lei.
- II. razoabilidade.
- III. moralidade.
- IV. jurisprudência.
- V. proporcionalidade.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) III e V.

68. Não se enquadra como situação que configura nepotismo, a sofrer a incidência da Súmula Vinculante no 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, a nomeação de

- a) sobrinho de Secretário de Estado para cargo de dirigente de autarquia estadual.
- b) cunhado de Presidente da Assembleia Legislativa para cargo de assessor da Presidência do Tribunal de Justiça.
- c) irmão adotivo de Secretário de Estado para cargo de diretor na respectiva Secretaria.
- d) cônjuge de Governador para cargo de Secretário de Estado.

69. Quanto à administração pública indireta, assinale a alternativa correta.

- a) As fundações públicas de direito privado devem ser criadas por lei específica.
- b) As fundações públicas de direito público devem ser criadas por lei específica.
- c) A imunidade tributária recíproca não se estende às fundações.
- d) As sociedades de economia podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

70. Magnus Medeiros foi contratado pelo Conselho Regional de Enfermagem/SP para trabalhar como assistente administrativo naquela entidade, em janeiro de 2017. Em fevereiro do corrente ano foi dispensado, sem justa causa, da entidade. Magnus ajuizou ação em face da entidade, perante a Justiça Comum Estadual, visando sua reintegração, sob alegação de que se trata de entidade pertencente à Administração Pública e que seria ilegal a despedida imotivada. Ao apreciar a ação proposta, o Juízo Estadual deve

- a) aceitar a competência, visto que se trata de entidade autárquica estadual, sendo a relação de trabalho de natureza tipicamente administrativa.
- b) reconhecer a incompetência e remeter a ação para a Justiça do Trabalho, visto que, por se tratar de entidade de direito privado, o vínculo sob exame é regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) reconhecer a incompetência e remeter a ação para a Justiça Federal, haja vista tratar-se de entidade autárquica federal, sendo o vínculo submetido ao regime jurídico único estatuído na Lei nº 8.112/90.
- d) aceitar a competência, visto que se trata de típico contrato de prestação de serviços, regido pelas normas do Código Civil.

71. Quanto ao sistema de controle incidente sobre a atuação administrativa, a Administração pública está sujeita à

- a) autotutela administrativa que é levada a efeito pela própria administração, e, também, pelos Tribunais de Contas.
- b) controle interno e à controle externo de seus atos, o primeiro exercido pelo Poder Legislativo, por intermédio do Tribunal de Contas e o segundo pelo Poder Judiciário.
- c) controle interno e à controle externo de seus atos, este último, via de regra, efetivado pelos Poderes Legislativo e Judiciário e alicerçado nos mecanismos de controles recíprocos entre os Poderes.
- d) controle externo de seus atos, que, via de regra, é alicerçado nos princípios hierárquico e disciplinar.

72. A desapropriação por interesse social, nos termos da Lei nº 4.132/62 se dá para

- a) a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reserva florestal.
- b) o aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.

- c) a exploração ou conservação dos serviços públicos.
- d) o funcionamento de transporte coletivo.

73. Em relação às disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), marque a assertiva correta:

- a) Quando um terceiro, não servidor, pratica ato de improbidade administrativa, se lhe aplicam os prazos prescricionais incidentes aos demais demandados ocupantes de cargos públicos.
- b) Embora a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) não contemple hipótese de ato de improbidade administrativa resultante de dispensa indevida de licitação, há previsão expressa nesse sentido na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações).
- c) Para a caracterização do ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, IX da Lei nº 8.429/1992 (deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação) é indispensável que o agente público seja previamente instado pelo Ministério Público a agir.
- d) Considera-se que o agente público está auferindo vantagens indevidas do cargo que ocupa quando, mesmo após cessado este, aceita emprego de pessoa física ou jurídica que tenha ou tenha interesse em sua atividade pública.

74. Considerando o regime da Lei nº 11.107/2005, tem-se que um consórcio administrativo caracterizado como consórcio público

- a) não poderá outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, haja ou não autorização prevista no contrato de consórcio público.
- b) apenas poderá ter a participação da União se igualmente participar ao menos um Estado e um Município.
- c) poderá, nos termos do contrato de consórcio de direito público ou privado, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo próprio consórcio.
- d) poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrado ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.

75. A respeito de poder de polícia, limitações administrativas, direito de propriedade e desapropriação, assinale a opção correta.

- a) A desapropriação se dará por motivos de utilidade pública ou interesse social, uma vez que se restringe à transferência de bem imóvel de terceiro para o poder público.
- b) A prerrogativa do poder de polícia permite à administração o condicionamento e a restrição de uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais e é exercida, no âmbito de cada estado-membro, pelos órgãos de controle interno e pela polícia civil do estado.
- c) No exercício da atividade de polícia, a administração pode atuar tanto por meio de atos normativos dotados de alcance geral, quanto por meio de atos concretos, a exemplo dos atos sancionatórios.

d) Se, em determinado município, nas obras de implantação de rede elétrica, em certo trecho, for necessário passar o cabeamento por baixo de um imóvel de propriedade do estado, o município poderá instituir servidão administrativa sobre esse imóvel, em razão do interesse público envolvido.

Direito Ambiental

76. Uma indústria da área de pneus, emissora de gases poluentes, possui projeto para se instalar em zona industrial no interior do Estado de São Paulo. Ocorre que os técnicos ambientais do órgão responsável alertaram para o fato de que a capacidade de suporte de poluição da área já está saturada. Nesse caso, em obediência ao princípio

- a) da educação ambiental, o projeto deverá ser rejeitado pelo órgão ambiental.
- b) do usuário pagador, o projeto deverá ser aprovado pelo órgão ambiental.
- c) da participação comunitária, o projeto deverá ser aprovado pelo órgão ambiental.
- d) do desenvolvimento sustentável, o projeto deverá ser rejeitado pelo órgão ambiental.

77. O governador do Estado de São Paulo sanciona uma lei que cria, delimita, no território estadual, uma zona industrial voltada à atividade nuclear. Essa lei:

- a) é válida, pois a criação de zonas econômicas ambientais também é de competência dos Estados
- b) é inválida, pois a competência para a criação de zonas econômicas ambientais pertence aos Municípios
- c) é inválida, pois caberá exclusivamente à União, ouvidos os Governos Estadual e Municipal interessados, aprovar a delimitação e autorizar a implantação de zonas de uso estritamente industrial que se destinem à localização de instalações nucleares
- d) é válida, desde que a criação da referida zona seja ratificada pela União

78. A empresa “Minha Mansão, Minha Vida”, visando aproveitar a linda vista propiciada pelo local (que fica em área urbana e a 1.950 metros do nível do mar), apresentou projeto para a construção de um luxuoso condomínio de casas. O órgão ambiental responsável:

- a) poderá autorizar o projeto, desde que seja precedido de EIA-RIMA.
- b) não poderá autorizar o projeto por estar em área de preservação permanente.
- c) poderá autorizar o projeto, desde que haja compensação ambiental.
- d) não poderá autorizar o projeto por se tratar de reserva legal.

79. O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face do Município X pleiteando o ressarcimento do dano ambiental causado pelo referido ente público, que suprimiu vegetação em área ambiental protegida sem a devida licença. No caso em questão:

- a) a ação civil pública deverá ser extinta sem o julgamento do mérito por ilegitimidade passiva, haja vista que pessoa jurídica de direito público não pode ser enquadrada na definição de poluidor

- b) a ação civil pública deverá ser julgada improcedente, pois a sociedade não pode ser prejudicada pela postura dos agentes públicos responsáveis pela degradação
- c) a ação civil pública deverá ser julgada procedente, caso reste comprovada a degradação ambiental apontada na exordial
- d) o Ministério Público não possui legitimidade para propor tal ação, motivo pelo qual a mesma deve ser julgada extinta por ilegitimidade ativa

80. O direito de preempção, previsto no estatuto das cidades, confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Essa preferência não se aplica na seguinte hipótese:

- a) quando o poder público necessitar de áreas para regularização fundiária
- b) quando o poder público necessitar de áreas para criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental
- c) quando o poder público necessitar de áreas para criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes
- d) quando o poder público necessitar de áreas para outras finalidades de interesse social ou de utilidade pública, definidas no plano diretor

Direito Tributário

81. Acerca do papel da Lei Complementar no Direito Tributário, marque a alternativa incorreta:

- a) Segundo a corrente dicotômica, a lei complementar só pode dispor sobre normas gerais em matéria de legislação tributária, as quais, por sua vez, vão dispor sobre conflitos de competência e sobre limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) A corrente tricotômica sustenta competir à lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- c) Cabe à Lei Complementar definir tributos e suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, os respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes. Essa tarefa foi realizada exclusivamente pelo Código Tributário Nacional.
- d) Na ausência de lei complementar que defina os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes do IPVA, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que os Estados podem exercer a competência legislativa plena com base no artigo 24, §3º, da Constituição Federal, até que seja editada lei complementar que disponha sobre o tema.

82. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.

c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

83. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.

b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.

c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

84. Sobre a classificação dos fatos geradores, assina a alternativa correta:

a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.

b) Fato gerador periódico ou complexo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como *ser proprietário de imóvel urbano*, no caso do IPTU, ou *ser proprietário de veículo automotor*, no caso do IPVA.

c) Fato gerador continuado é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.

d) Todas as alternativa estão corretas.

85 Julgue o item incorreto, de acordo com o que dispõe o CTN sobre domicílio tributário:

a) Como regra geral, o domicílio tributário do sujeito passivo é aquele local que ele próprio escolheu.

b) Se a pessoa jurídica não escolher seu domicílio tributário, será considerado como domicílio o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

c) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, caso em que poderá eleger como domicílio tributário o Distrito Federal ou a capital do Estado de residência do sujeito passivo.

d) Caso a pessoa natural não tenha escolhido seu domicílio tributário, será considerado como tanto a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

86. Sobre responsabilidade tributária, marque a alternativa incorreta:

- a) O critério distintivo entre a responsabilidade por substituição (originária) e a responsabilidade por transferência (derivada) é o momento da incidência da norma atributiva de responsabilidade.
- b) A distinção entre a substituição tributária para frente e a substituição tributária para trás decorre da posição do responsável tributário na cadeia econômica. Se a sua posição for posterior à posição do contribuinte, estaremos diante de uma responsabilidade tributária para trás (regressiva).
- c) É indevida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida
- d) todas as alternativas estão incorretas.

87. Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

88. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) O IPVA não pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.
- b) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- c) Após a Emenda Constitucional 33/2001, é constitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.
- d) O ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

89. Sobre a preferência do crédito tributário na falência, assinale a alternativa incorreta:

- a) As multas tributárias preferem apenas aos créditos subordinados na falência, ou seja, são pagas somente se os créditos das seguintes classes forem satisfeitos: i) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; iii) valores devidos a título de tributo, correção e juros vencidos até a data da quebra; iv) créditos com privilégio especial; v) créditos com privilégio geral; vi) créditos quirografários

- b) Os juros moratórios vencidos após a decretação da falência têm a mesma preferência do crédito tributário principal.
- c) O valor devido a título de tributo acrescido de correção monetária e juros até a data da falência possui preferência sobre a maior parte dos créditos, salvo com relação: i) aos créditos extraconcursais; ii) às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei; iii) aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado; iv) aos créditos decorrentes da legislação do trabalho ou de acidente do trabalho, no limite estabelecido pela legislação.
- d) todas as alternativas estão corretas.

90. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim.
- b) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal;
- c) A taxa cobrada em razão dos serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos ofende o art. 145, II, da Constituição Federal;
- d) Todas alternativas estão corretas.

Direito Empresarial

91. Em relação ao empresário individual, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá parcialmente pelas obrigações contraídas;
- b) O registro do produtor rural como empresário individual na Junta Comercial tem natureza declaratória;
- c) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes;
- d) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes ou depois do início de sua atividade.

92. No que tange à sociedade anônima, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade por ações constitui gênero a que integram duas espécies: a sociedade anônima (ou companhia) e a sociedade em comandita por ações;
- b) A sociedade anônima é sempre sociedade de capital;
- c) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, mas a responsabilidade dos sócios ou acionistas não será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;

d) Sociedade anônima fechada é aquela cujos valores mobiliários encontram-se admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários, traduzido pelas bolsas de valores ou mercado de balcão.

93. A respeito da reorganização societária, assinale a alternativa correta.

a) A transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social, caso em que o sócio dissidente terá o direito de retirar-se da sociedade;

b) A incorporação, fusão ou cisão não podem ser operadas entre sociedades de tipos diferentes;

c) A fusão é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações;

d) A incorporação é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

94. Em relação propriedade industrial, assinale a alternativa correta.

a) A patente de invenção vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 25 (vinte e cinco) anos contados da data de depósito;

b) O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por 3 (três) períodos iguais e sucessivos;

c) Considera-se como invenção, mas não como modelo de utilidade os métodos matemáticos;

d) É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

95. No que tange à teoria geral do direito societário, assinale a alternativa correta.

a) O Código Civil não adotou a teoria *ultra vires doctrine*;

b) O Código Civil amenizou o rigor da teoria *ultra vires*, admitindo os poderes implícitos dos administradores para realizar negócios acessórios ou conexos ao objeto social, os quais não constituem operações evidentemente estranhas aos negócios da sociedade;

c) A teoria *ultra vires doctrine* é a mesma coisa que desconsideração da personalidade jurídica inversa;

d) O Decreto nº 3.708/19 já previa a teoria *ultra vires doctrine*.

96. No que tange ao cheque, aponte a alternativa correta.

a) O cheque admite a estipulação de juros no seu corpo;

b) O cheque é pagável à vista, mas, segundo a Lei nº 7.357/85 (Lei do Cheque), considera-se estrita menção em contrário;

c) O cheque não admite aceite considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido;

d) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 30 (trinta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.

97. Quanto à classificação dos títulos de crédito, aponte a alternativa correta.

a) Títulos de crédito causais podem ser emitidos nas hipóteses autorizadas por lei e, caso de comum acordo o devedor, em outras não previstas na legislação;

b) Títulos de crédito impróprios (ou cambiariformes) são os títulos que não representam uma verdadeira operação de crédito, mas que, revestidos de certos requisitos dos títulos de crédito propriamente ditos, circulam com as garantias que caracterizam esses papéis;

c) Títulos de crédito ordem de pagamento dão ensejo apenas a duas situações jurídicas, a do promitente, que assume a obrigação de pagar, e a do beneficiário da promessa;

d) Títulos de crédito promessa de pagamento geram, no momento do saque, 3 (três) situações jurídicas distintas: a do sacador, que ordenou a realização do pagamento; a do sacado, para quem a ordem foi dirigida e que irá cumpri-la, se atendidas as condições para tanto; e a do tomador, que é o beneficiário da ordem, a pessoa em favor de quem ela foi passada.

98. Quanto aos contratos empresariais, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de factoring são também instituições financeiras;

(b) A atividade de fomento mercantil é privativa de instituições financeiras;

c) No *maturity factoring*, a faturizadora paga o valor das cédulas ao faturizado apenas no vencimento;

d) No *conventional factoring*, a faturizadora garante o pagamento das faturas por meio de aval com pagamento posterior.

99. No que tange ao estabelecimento empresarial, aponte a alternativa correta.

a) Desde que exista proibição expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos 5 (cinco) anos subsequentes à transferência;

b) O contrato que tenha por objeto a alienação de estabelecimento empresarial só produzirá efeitos entre as partes depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial;

c) O adquirente do estabelecimento empresarial responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, mas o alienante continua solidariamente obrigado pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento;

d) Considera-se estabelecimento empresarial todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário.

100. No que tange ao Direito Falimentar, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei nº 11.101/05 não se aplica a instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores;
- b) A Lei nº 11.101/05 aplica-se à sociedade de economia mista, mas não à empresa pública;
- c) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares dos codevedores;
- d) O Comitê de Credores terá a seguinte composição: 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes; 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes; 1 (um) representante indicado pela classe de credores tributários, com 2 (dois) suplentes; 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.